

ENTREVISTA COM RICHARD CÁNDIDA SMITH*: POR UMA HISTÓRIA INTELLECTUAL ENTRE AS AMÉRICAS

Interview with Richard Cândida Smith:
For an Intellectual History between the Americas

Por Priscila Dorella**



O historiador norte-americano Richard Cândida Smith é doutor em História pela University of California, Los Angeles (1992). Desde 2001 é professor no Departamento de História na University of California, Berkeley. Entre 2001 e 2012, exerceu a Direção do Setor de História Oral da Califórnia, na Biblioteca Bancroft, Berkeley. Sua produção acadêmica tem se dado fundamentalmente nas áreas de História Oral, Identidades e História Intelectual, com vários livros publicados sobre as relações entre arte, política e intelectuais no século XIX e XX, entre outros: *Utopia and Dissent: Art, Poetry, and Politics in California* (Berkeley: University of California Press, 1995); *Mallarmé's Children: Symbolism and the Renewal of Experience* (Berkeley: University of California Press, 1999); *The Modern Moves West: California Artists and Democratic Culture in the Twentieth Century* (Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2009); *Circuitos de Subjetividade: História Oral, O Acervo e as Artes* (São Paulo: Letra e Voz, 2012), além de artigos como “Romper lo que está resquebrajado?: 1968 in the United States of America,” *Cuadernos de Historia Contemporánea* (Madrid), 31 (2009) e “Érico Veríssimo, a Brazilian Cultural Ambassador in the United States,” *Tempo* 19, no. 34 (2013). O historiador Cândida Smith tem explorado, nos últimos anos, as relações entre intelectuais e artistas latino-americanos e norte-americanos e acaba de lançar o livro *Improvised Continent: Pan-Americanism and Cultural Exchange* (Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2017). Realizo a minha pesquisa de pós-doutorado com Cândida Smith em Berkeley e, desde

* Website: <https://www.richardcandidasmith.com/>. Apresentação, tradução e revisão final de Priscila Dorella. Agradeço imensamente ao Professor Cândida Smith por esta entrevista, realizada entre os meses de setembro e novembro de 2017.

** Possui graduação (2003), mestrado (2006) e doutorado (2012) pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), com estágio de doutorado na Universidad Autónoma de México (UNAM). Tem experiência nas áreas de História Intelectual Latino-americana e História & Mídia. É Professora Adjunta de História das Américas na Universidade Federal de Viçosa (UFV) e atualmente realiza o pós-doutorado na University of California, Berkeley.



que o conheci, nutro uma grande admiração pelo seu trabalho. A entrevista que segue, concedida à distância durante a sua estadia em Chicago, assumiu a forma de um diálogo aberto, no qual o Professor foi delineando livremente os caminhos que percorreu no desenvolvimento de suas pesquisas. O longo intercâmbio epistolar que deu origem a esta publicação foi motivado pelo entendimento de que o trabalho do Professor Cândida Smith coloca em evidência questões importantes e instigantes sobre as relações entre a História Intelectual da América Latina e dos Estados Unidos.

* * *

PRISCILA DORELLA: *Como o senhor avalia, historicamente, o processo que tornou a Califórnia conhecida como uma região inovadora e progressista?*

RICHARD CÁNDIDA SMITH: Essa é uma pergunta complicada para mim. Como toda sociedade, a Califórnia tem uma história diferente, nem única, nem excepcional, mas particular em relação ao lugar e as muitas instituições construídas lá durante 170 anos desde a conquista pelos EUA. Proclamar que a Califórnia é um lugar especial, um local incomparável de inovação que transforma o mundo, tem sido um esforço constante dos empresários e publicitários, chamados em inglês americano de "boosters", que promovem o setor imobiliário e outras "oportunidades" de investimento. Desde a Corrida do Ouro, os colonos anglo-americanos diziam que estavam construindo um centro imperial que seria algum dia tão magnífico como Florença, Paris ou Nova York. O império da Califórnia gira em torno da imaginação do Círculo do Pacífico como uma zona de comércio "natural" dominada pela Califórnia, Japão e China. O mito da Califórnia está vinculado a uma radical militarização, mesmo que hoje a "alta tecnologia" evoque imagens de computadores pessoais, ligados à nuvem, ao invés de mísseis tele guiados. O investimento militar é o "pote de mel" que propicia a superioridade tecnológica da Califórnia. Mesmo que o setor comercial seja agora mais proeminente, o Estado ainda depende de gastos militares e de segurança pública para manter o seu papel de liderança na economia global.

A Califórnia tem sido um Estado progressista. O significado de "progressista" mudou ao longo dos anos, mas uma simples definição seria a de um compromisso com a ideia de que os conhecimentos e os métodos desenvolvidos nas ciências e nas artes, além do suporte para financiar pesquisas em geral, constroem o cidadão instruído, que fundamenta uma sociedade bem sucedida e quiçá justa. Há mais de um século, a Califórnia se tornou pioneira na construção de um sistema universitário público de excelência, que teve como objetivo tornar a educação superior acessível à maioria da população. Em grande medida, o objetivo foi alcançado. O Estado adotou padrões ambientais mais rígidos do que outros estados americanos e que influenciaram, de fato, outros países. Mas grande parte da riqueza original do Estado veio das empresas de mineração, de transporte terrestre e marítimo, e das companhias agrícolas que exploravam trabalhadores chineses, filipinos, japoneses e mexicanos, negando a eles historicamente os direitos básicos de cidadania. Como as elites da Califórnia estavam tão comprometidas com o método científico como um guia para a política social, quando a pesquisa científica concluiu que algumas pessoas eram inferiores ou perigosas ou

limitadas em seus talentos, esses argumentos científicos incorretos levaram a leis particularmente terríveis, que em sua maioria foram revogadas, mas nunca sem resistência, mesmo depois que os cientistas passaram a chegar a outras conclusões.

Os efeitos de um século e meio de racismo frequentemente violento continua marcando a vida quotidiana, mas também é verdade que, nas últimas duas décadas, as instituições californianas e a maioria dos eleitores adotaram amplamente a ideia, se não sempre a prática, de que vale a pena se esforçar para ser uma sociedade multirracial bem sucedida por conta das diversas origens, talentos e interesses das pessoas que lá vivem. A legislatura estadual e o governador proclamaram a Califórnia um Estado "santuário", prometendo recursos para defender os trabalhadores estrangeiros e suas famílias das ameaças da administração Trump de expandir a deportação. Com frequência, a Califórnia se torna o centro de resistência nos Estados Unidos contra o nacionalismo branco e reacionário de Trump. Em grande medida, os neoliberais reacionários odeiam a Califórnia porque o Estado faz absolutamente tudo o que consideram os neoliberais como pressuposto para deprimir uma economia, embora seja evidente que os californianos têm uma economia bem sucedida, com baixo desemprego, altos salários e excelentes serviços sociais, ou seja, todos os componentes próprios de um Estado muito rico e produtivo. Claro que o sucesso é relativo e sempre dentro de limites. Quem visita San Francisco vê o contraste absurdo entre o luxo e a extrema miséria. É perturbador ver o governo local e parte da esquerda impotente diante das desigualdades que se aprofundaram muito rapidamente. Essas contradições tão visíveis demonstram para mim a validade da dialética. Compreender os fenômenos sociais começa por reconhecer e trabalhar nas contradições geradas pela contínua desigualdade.

A Califórnia tem sido uma fonte de inovação cultural e econômica considerável, mas também é extraordinariamente provincial e isolada. A sua vida cultural foi tema de dois livros e dezesseis artigos que escrevi desenvolvidos em torno de uma fissura interna no que toca ao tema do centro e periferia e que, até hoje, permanece sem solução. A Califórnia fornece um exemplo interessante, certamente não único, de uma sociedade provincial que se projeta como um centro. Quando comecei a escrever sobre a cultura californiana, adotei o termo "*provinciality*" porque a riqueza associada a uma população altamente instruída, combinada com isolamento geográfico e a fragilidade de muitas instituições, em comparação com o Nordeste dos Estados Unidos, ajudaram a definir a particularidade histórica do Estado. Mais tarde, mudei para "*peripherality*", um termo visivelmente incompatível, emprestado da Teoria da Dependência.

Os Estados Unidos, como todas as outras sociedades que surgiram em torno da extração de recursos primários com o intuito de exportar para os centros metropolitanos, ocuparam originalmente uma posição periférica na economia mundial. A coexistência da centralidade imaginada e da periferia real, tão evidente na Califórnia, foi uma característica definidora dos Estados Unidos quando se tornou independente. Isso explica muitos dos aspectos contraditórios e irresponsáveis da ascensão do país como uma "superpotência". Não tenho dúvida de que a Califórnia tipifica aspectos importantes do que é distintivo sobre os Estados Unidos como uma sociedade paradoxal, mas a Califórnia tem sido também atípica, um caso particular, desde a conquista pelos EUA em 1846.

Quando eu estava na pós-graduação, encontrei um ponto de partida para pensar sobre o lugar da Califórnia na história nacional e global por meio das palavras do historiador da arquitetura Manfredo Tafuri, quando ele observou: "Quantas vezes, quando analisamos o que está à margem de um determinado problema, descobrimos os caminhos mais interessantes para resolver o próprio problema." (*La Sfera e il laberinto*, 1980). O argumento de Tafuri tem guiado, por muito tempo, a minha abordagem de análise histórica.

Com uma cultura progressista enraizada na conquista, no abuso de minorias racializadas e no militarismo, a Califórnia fornece pelo menos um contexto rico e irônico para analisar as dimensões culturais da rápida mudança social decorrentes da conquista e da exploração imperial. Em um nível mais utópico, o sucesso da Califórnia em superar as suas origens provinciais de extração de recursos naturais sugere que o modelo do mundo dividido entre alguns centros cosmopolitas cercados por periferias poderia ser reavaliado, uma vez que os recursos naturais e os talentos das pessoas estão espalhados em todo mundo, em redes sobrepostas de preocupações e projetos compartilhados. Há potencial. Mas esse resultado não é possível de acontecer na forma como as estruturas estão colocadas no mundo contemporâneo. Ainda assim, penso que os contornos de uma cultura democrática mais consistente são possíveis, no futuro incerto, no qual a igualdade substitua determinadas hierarquias se discernirmos, nas batalhas que eu documentei sobre a Califórnia, a expansão de vozes capazes de contribuir com a vida cultural.

PRISCILA DORELLA: *Os seus livros, como "Utopia and Dissent: Art, Poetry, and Politics in California (1995)" e "The Modern Moves West: California Artists and Democratic Culture in the Twentieth Century (2009)", apresentam uma análise profunda sobre as relações entre arte, política e sociedade na Califórnia. De que maneira foi desenvolvido esse objeto de pesquisa?*

RICHARD CÁNDIDA SMITH: *Utopia and Dissent* inicia com o meu doutorado. Eu estava lendo muitas transcrições de entrevistas de história oral feitas com artistas, escritores e outras pessoas criativas que trabalharam na Califórnia entre, aproximadamente, 1925 e 1975. Com isso, comecei a ver uma história de ideias estéticas modernistas, em sua maioria importadas diretamente da Europa ao invés do leste dos Estados Unidos, serem radicalmente transformadas por artistas e escritores da Califórnia que desenvolveram interpretações regionais diferenciadas do que poderia supor a cultura modernista europeia. Depois da Segunda Guerra Mundial, ideias estéticas criadas por essas figuras culturais provinciais, e relativamente isoladas, começaram a remodelar os debates públicos sobre questões políticas e sociais importantes: a Guerra Fria, a Revolução Cubana, a Guerra do Vietnã, o racismo, a pena de morte, o aborto, a direção do desenvolvimento econômico e particularmente como a relação entre o governo e as grandes corporações transformaram a economia, gerando tipos específicos de investimento perigosos para a saúde e o ambiente.

Gostei muito da arte e da escrita discutidas no livro, mas, na verdade, meu argumento era de que a estetização da política depois de 1945 impediu, e ainda impede, a construção de um movimento que possa governar e resolver com sucesso os problemas nacionais. Uma ideologia fundamentada nas flutuações da visão e da experiência pessoal não poderia resolver ou escapar da turbulência social que provocou a busca de formas alternativas de conceituar a relação do eu e da sociedade. A posição que as vanguardas estéticas desenvolveram foi difícil de ser encaixada numa estratégia de mudança social. Um resultado positivo, e talvez de maior importância tanto política quanto histórica, foi que essas novas abordagens de oposição não estavam limitadas pelas categorias que a esquerda tinha privilegiado. As ideologias estéticas abriram novas perspectivas sobre meio ambiente, sexualidade, direitos indígenas, anti-imperialismo e sobre o que é um cidadão, que nem os comunistas nem os socialistas havia anteriormente levado a sério. O que era "novo" sobre a "nova esquerda" era, por melhor ou pior que ela fosse, as suas raízes estéticas. Isso estava acontecendo em várias partes do mundo, mas a Califórnia era um dos lugares onde a elite e a cultura popular estava muito conectada - em parte por conta de Hollywood, em parte devido ao crescimento explosivo das universidades públicas e em parte porque nessa sociedade provincial, o único suporte para a atividade cultural prosperar vinha de instituições públicas que justificavam seus orçamentos enfatizando o valor de uma cidadania instruída. Isto é uma análise breve. O livro tem 500 páginas porque o argumento é complexo e precisa de muitas evidências empíricas detalhadas para que eu consiga demonstrar a minha compreensão de como o modernismo chegou à Califórnia e como as inovações locais operaram de forma particular nesse lugar.

Depois de concluir *Utopia and Dissent*, fiquei cada vez mais preocupado com a tensão existente entre o profissionalismo e o acesso a cultura. A institucionalização crescente e a profissionalização foi o ponto final de *Utopia and Dissent*. Artistas e escritores enfrentaram as controvérsias que seus trabalhos atraíam invocando o princípio da autonomia profissional, respaldada por políticas conservadoras e progressistas, que os consideravam socialmente relevantes e assim conseguiram encontrar um modo mais fácil de escapar de prisões, espancamentos e longos processos judiciais. Mas aqueles artistas e escritores, que gostaram da ideia de serem ativistas usando os seus talentos artísticos para construir um movimento político de protesto em relação à vida social, continuaram a pagar um preço alto por sua militância - embora, obviamente, não fosse tão alto quanto o que aconteceu com os seus semelhantes no Brasil e outros países regidos por ditaduras militares. As bases da autonomia profissional como pressuposto para uma cultura crítica moderna e, muitas vezes, radical, foi um dos tópicos centrais do meu segundo livro, *Mallarmé's Children: Symbolism and the Renewal of Experience*, que tem como ponto de partida as interações entre o pragmatismo norte-americano e o Simbolismo francês, entre, aproximadamente, 1880 e 1920. O meu terceiro livro, *The Modern Moves West*, segue a mesma linha de pesquisa dos dois livros anteriores ao me permitir retornar à Califórnia e examinar atentamente as questões relativas ao centro-periferia para encontrar um ângulo novo, insólito apenas se eu tivesse insistido no mapeamento das questões em termos políticos redutores.

Na medida em que a cultura moderna é uma estrutura ideológica, que estabelece um conjunto de premissas epistemológicas, ela pode mover de um lugar para outro e, no processo, estabelecer relações entre centro-periferia com consequências duradouras, algumas vezes positivas para aqueles motivados em superar o isolamento. No entanto, se, como disse Bruno Latour, nós nunca fomos modernos - ou talvez dizendo a mesma coisa, nós sempre fomos modernos -, então, o ímpeto de estabelecer estruturas institucionais modernas vai depender da riqueza acumulada e disponível, que possa sustentar pessoas criativas que trabalham para promover e publicizar atividades louváveis e viáveis. É possível notar uma tensão enorme do estado da Califórnia como um centro, uma nova sociedade emergindo, além da conquista do norte do México pelos Estados Unidos, fomentada por uma ideologia da democracia republicana que motivou um processo radicalmente transformador.

Foquei na Califórnia porque tive acesso a inúmeras fontes, histórias e pessoas que eu conheci muito bem. Decidi contar uma história do desenvolvimento de instituições artísticas profissionais do estado da Califórnia através das vidas de artistas marginalizados pelas questões de raça, classe e sexo. Estes artistas eram talentosos nas habilidades formais, mas também eram determinados em realizar

algo diferente sobre a vida contemporânea, que outros artistas não realizaram nas obras de artes plásticas que fizeram. Os artistas que abordei, discutindo amplamente o trabalho criado por eles, entre 1920 e 2010, seguiram diferentes estratégias, mas todos alcançaram um grau de sucesso internacional. Até certo ponto, eles transcenderam a marginalidade que originalmente limitavam a sua participação. As histórias narradas abrangem cerca de um século para revelar a relação entre os valores profissionais e democráticos na Califórnia em um período marcado pelo crescimento intenso e rápido da região, pelas dificuldades inerentes a esse processo, mas também pelas lutas frequentemente bem sucedidas em favor da redução de barreiras para tornar a sociedade mais inclusiva.

PRISCILA DORELLA: *É possível notar que, ao longo da sua trajetória, a História Oral foi ocupando um lugar de destaque. Como ela te auxilia no esforço de compreender o trabalho de escritores e artistas na Califórnia?*

RICHARD CÁNDIDA SMITH: A história oral tem sido uma parte central de como eu defino o meu trabalho. Eu me familiarizei com a história intelectual interessado na história da subjetividade, e a história oral pareceu fornecer uma abordagem fundamental, mas curiosamente subutilizada na compreensão de como as concepções sobre o eu, a comunidade e a alteridade foram desenvolvidas ao longo do tempo em diversas sociedades. As entrevistas de história oral abrem uma janela para entendermos como que no passado as pessoas conversavam umas com as outras. Isso é possível porque nas entrevistas não se acessa diretamente experiências passadas. Lembranças aparecem pelas linguagens e roteiros no presente, mas apreendidas no passado, por exemplo, sempre que um grupo conversa através de preocupações próprias e tenta identificar, em eventos passados significativos, quais pessoas eram vistas como confiáveis ou necessárias e quais eram consideradas não confiáveis ou talvez simplesmente desonestas, ou quais razões para o grupo sofrer ou desfrutar da sorte. Sobretudo, o que ajuda as pessoas a sobreviver e, às vezes, prosperar. As formas de vida coletiva que as entrevistas revelam são difíceis de documentar de outras maneiras, embora não seja impossível. As entrevistas tocam uma realidade social que se encontra em toda a vida moderna. As pessoas criam e sustentam uma vida compartilhada, imaginada aonde quer que elas se reúnam e conversem, seja em torno da mesa da cozinha, no bar ou nos corredores da universidade. As afinidades desenvolvidas nas coletividades, que ganham forma nas conversas despretensiosas do dia a dia, permeiam todas as decisões tomadas pelos grupos – não importa em que contexto eles estejam. Isto constitui o pano de fundo de cada entrevista. Os entrevistados falam sobre certos assuntos com facilidade porque esses

tópicos têm sido bem ensaiados nas conversas quotidianas anteriores. Os tópicos que os grupos evitam quando se juntam levam frequentemente a silêncios desconfortáveis nas entrevistas porque o entrevistado não sabe bem como traduzir experiências silenciadas em palavras narradas a estranhos. Isso não significa que o tópico seja indescritível, mas a situação da entrevista em si envolve um processo potencialmente difícil de um entrevistado aprendendo o que ele ou ela é capaz de dizer. A história oral permite a recuperação de ideias que foram importantes para muitos grupos, mas que não estão bem documentadas em fontes impressas ou literárias. Gravar e transcrever entrevistas nos permite ver e analisar face a face o mundo em que os seres humanos tomam efetivamente decisões vitais.

O testemunho oral é retrospectivo por definição. Os entrevistados respondem as perguntas em uma entrevista sabendo como os eventos acabaram. As suas narrativas envolvem um esforço para concluir a história, ou para resumi-la! As fontes primárias - cartas, artigos, diários, etc. - têm um viés paralelo. Ao estudar artistas e escritores que precisaram chamar atenção para os seus trabalhos, um pesquisador encontra constantemente nas fontes primárias as pressões da ambição e da esperança que expressam continuamente desejos para o futuro do que artistas e escritores gostariam de ver acontecer, e raramente sobre as falhas e obstáculos que possivelmente tenham sofrido. As fontes orais podem revelar o que as pessoas sabiam, mas censuravam nas expressões públicas do passado. Ao trabalhar com documentos retrospectivos e projetivos, tenho esperado chegar a uma visão mais detalhada dos fenômenos históricos e, particularmente, a uma ideia de como utilizar categorias estéticas para definir a mudança da ideia do “eu” ao longo do tempo.

Para artistas e escritores, há um terceiro conjunto de fontes composto pelo trabalho que eles mesmos criaram, incluindo esforços fracassados e esboços incompletos. Eu precisei identificar e analisar o trabalho criativo que frequentemente se tornou a expressão pública de um artista em relação às fontes documentais orais e escritas, e também o trabalho que permaneceu invisível, exceto para os círculos mais íntimos. Nem a análise do trabalho criativo, nem a análise das expressões escritas e faladas sozinhas foram suficientes porque todas essas fontes eram sobrepostas em camadas que escondiam outras vozes. As diferentes formas de subjetividade que uma única pessoa pode expressar, em diferentes meios e gêneros, revelam o que eu denominei de “circuito de subjetividade”. Cada forma de expressão aparece de maneira independente e faz sentido para outras pessoas na medida em que segue as expectativas do gênero narrado. Assim, cada tipo de expressão pode ser tratado como um

fragmento que manifesta ideias e sentimentos obscurecidos ou mesmo eliminados em outros tipos de fontes. O "eu" e o "nós" sempre aparecem, para o historiador, de forma fragmentada e incompleta.

PRISCILA DORELLA: *Ao assumir a Direção do Programa de História Oral, em Berkeley, qual foi a metodologia que o senhor desenvolveu para organização do acervo e produção de conhecimento nessa área?*

RICHARD CÁNDIDA SMITH: Em 2001, entrei no Departamento de História, em Berkeley, e me tornei diretor do centro de História Oral da universidade por doze anos. Durante esse tempo, o centro conduziu, literalmente, milhares de entrevistas de todos os tópicos, mas o mais importante propósito, para mim, era fomentar o debate acadêmico contemporâneo sobre como interpretar o passado. As preocupações teóricas que orientaram os meus projetos de pesquisa influenciaram os objetivos que estabeleci: (1) desenvolver um plano de pesquisa para as entrevistas que substituísse modelos mais antigos nos EUA de entrevistar para preservar fontes nas coleções da biblioteca, (2) envolver, sempre que possível, estudantes de graduação e pós-graduação em todos os projetos e encorajá-los a desenvolverem os seus próprios projetos associados às pesquisas do centro e (3) disseminar amplamente os resultados do projeto para estudantes, pesquisadores e comunidade em geral, começando, e não se limitando, as transcrições e publicizações de todas as entrevistas do acervo, na internet. Cada um desses objetivos desafiaram os pressupostos arquivísticos que moldaram a prática de história oral nas universidades dos Estados Unidos, desde que, em 1948, Allan Nevins fundou o centro de Pesquisa de História Oral na Biblioteca Butler, da Universidade de Columbia.

A coleção de entrevistas de Berkeley é particularmente preciosa porque começa com quase quinhentas entrevistas realizadas, entre os anos de 1860, 1870 e 1880, com os pioneiros norte-americanos, líderes da Califórnia mexicana e líderes de comunidades indígenas. As mulheres foram entrevistadas, assim como os homens. Essas entrevistas foram coletadas por estenógrafos que procuravam produzir um registro literal, de modo que as “testemunhas”, como costumavam ser chamadas, procurassem se encaixar nos padrões de história oral da nossa época. Há mais de 10.000 entrevistas registradas no acervo de Berkeley, fornecendo uma ampla gama de lembranças pessoais sobre a história da Califórnia a partir da década de 1790 até praticamente o tempo presente. Esse é o um acervo raro pela possibilidade que temos de ver nele o desenvolvimento de uma determinada sociedade, ao longo de um período de 200 anos, com um grande número de entrevistas realizadas sobre agricultura, industrialização, política, educação, ciência, vida cultural, organização sindical,

movimentos sociais pelos direitos civis, causas ambientais, etc. Claro, há lacunas. É impossível gravar tudo o que considerávamos importante porque precisávamos de dinheiro para todos os projetos. Em universidades norte-americanas, doadores influenciam e financiam pesquisas por aquilo que acham interessantes. Por outro lado, dado o grande volume registrado, tem sido difícil analisar todas as fontes para ver como elas jogam com as principais interpretações historiográficas ou para conhecer novas interpretações escondidas na massa de dados existentes. O sucesso da documentação oral também tem sido problemático, pois quanto mais os dados são coletados pelo pesquisador, menos provável a informação adquirida é utilizada para além dos objetivos imediatos que a motivou. A capacidade da história oral de remodelar a compreensão do passado, ao levar em conta a experiência e a compreensão popular, permanece tendo um potencial bem maior do que uma prática efetiva, apesar do fato das coleções existentes possuírem registros que, provavelmente, desafiam *todos* os principais pressupostos da historiografia do século XX.

PRISCILA DORELLA: *É possível destacar um desses projetos realizados durante a sua direção no Núcleo de História Oral em Berkeley para que possamos compreender melhor o seu trabalho?*

RICHARD CÁNDIDA SMITH: Sim. Um dos projetos de história oral teve como objetivo explorar as lembranças do cotidiano dos americanos durante a Segunda Guerra Mundial. O projeto foi patrocinado pela National Park Service, a agência federal que administra os parques nacionais. A National Park Service estava construindo um novo parque na cidade de Richmond, Califórnia, que fica na Baía de San Francisco, dez quilômetros ao norte da Universidade da Califórnia, em Berkeley. Antes da guerra, Richmond era uma cidade agrícola com 40.000 habitantes. O negócio mais importante foi o cultivo de flores, mas também tinha uma grande refinaria de petróleo e um estaleiro de reparação de trens. Em 1937, a Ford Motor Company, aproveitando os valores baixos das propriedades em Richmond, abriu uma fábrica de montagem. Depois de 1940, quando o país expandiu as forças armadas, a fábrica da Ford investiu a sua produção em veículos militares. A fábrica da Ford, em Richmond, produzia *um terço* dos jipes e caminhões de abastecimento usados por todas as forças armadas americanas, durante a guerra. A fábrica também fornecia veículos para os Aliados dos Estados Unidos, durante a Segunda Guerra, sobretudo à União Soviética. Além disso, o governo federal contratou o empresário da indústria Henry Kaiser para construir e gerenciar o maior estaleiro naval do mundo ao longo da baía. Em 1943, Richmond já tinha 140.000 habitantes, oriundos de várias partes do país e

também do México. O que aconteceu em Richmond, durante a guerra, aconteceu em muitas outras cidades, mas Richmond é um exemplo da enorme produtividade que estava no centro da contribuição dos Estados Unidos para a luta mundial contra o fascismo. Também a cidade é um exemplo dos grandes problemas do crescimento acelerado. A National Park Service quis mostrar como esse processo ofereceu oportunidades de educação e emprego para muitos americanos, o que contribuiu para a mobilidade social depois da guerra. A National Park Service quis também contar como a guerra obrigou os americanos a enfrentar a discriminação de gênero, raça, nacionalidade, religião, orientação sexual e/ou deficiência física e mental. Os visitantes do Parque, em Richmond, receberam assim uma história progressista em que os Estados Unidos começavam a corrigir os seus inúmeros problemas internos.

O nome oficial do parque é *Rosie the Riveter World War II Home Front National Historical Park*. Esse nome busca evidenciar o papel central que teve o trabalho das mulheres ao manter a produtividade dos EUA, durante a guerra. As principais entrevistas para o projeto de história oral foram com algumas dessas mulheres que encontraram empregos no estaleiro ou na fábrica de montagem da Ford, tradicionalmente reservados para os homens. Algumas das mulheres falaram, nas entrevistas que realizamos, sobre a necessidade de superar a resistência de seus maridos, que não gostavam de ver suas esposas fora de casa, trabalhando e com possibilidade de se tornarem financeiramente independentes. Para os homens da classe trabalhadora, era particularmente difícil ter uma esposa trabalhadora porque significava que ele não era capaz de sustentar a família com o seu próprio salário, isto é, não era “bem sucedido”. Mas o esforço de guerra exigiu que as mulheres entrassem na força de trabalho em grande número, e as mulheres entrevistadas superaram a oposição de seus maridos. Além de falarem sobre as condições de trabalho, as entrevistadas contaram sobre as mudanças na vida familiar e como a educação contribuiu para muitas delas saírem de casa. A história que o parque queria contar para o público era a de que o esforço de guerra contribuiu para ampliar os direitos das mulheres e fomentou muitos movimentos pelos direitos civis, no pós-guerra, que redefiniram as relações de gênero e raça. O Serviço do Parque Nacional desejava que os visitantes do parque, de fato, refletissem sobre a diversidade da Califórnia contemporânea, em que as comunidades latinas, asiáticas e indígenas trabalhavam nas indústrias da guerra da mesma forma e com o mesmo compromisso que os americanos negros e brancos. A amostra das entrevistas capturou a diversidade racial e étnica da força de trabalho durante a Segunda Guerra Mundial. Ao invés de se enfatizar as diferenças entre os grupos étnicos, como de costume se faz nos Estados Unidos, o parque destacou a

participação de todos no esforço de guerra em prol de uma nova consciência política capaz de enfrentar as profundas desigualdades históricas do país.

Nessa direção, foram gravadas entrevistas com quinze indígenas, que mudaram para a Califórnia e trabalharam na indústria de guerra. Em suas histórias, a participação na guerra foi uma grande virada na luta para preservar a cultura indígena. Diversos grupos indígenas celebraram o movimento patriótico com danças de guerras tradicionais. Na realidade, as danças não eram tão tradicionais assim. Uma indígena entrevistada, originária da nação Laguna, no Novo México, organizou o batuque que se tornou o mais popular na Califórnia. Ela protegeu a sua tradição indígena, mas também ela rompeu com a tradição ao participar das danças de guerra, tanto as dançadas apenas pelos homens quanto as dançadas por mulheres. Sua participação nas danças dos homens fomentou um enorme debate dentro das comunidades indígenas, mas durante e depois da guerra, essa entrevistada, Ruth Hopper Sarracino, passou a ser conhecida como a principal liderança da música e dança indígena, chegando a trabalhar com alguns dos mais importantes musicólogos do país. A entrevista com Faith Traversie, a primeira mulher eleita chefe de uma nação indígena, a nação Lakota em Dakota do Sul, oferece um retrato dos trabalhadores indígenas morando perto de San Francisco unindo-se para formar novos grupos políticos. Logo depois da guerra, eles organizaram o Movimento Indígena Americano pelos direitos políticos, que incluía a luta pela soberania das nações indígenas.

Histórias inovadoras com consequências importantes para as famílias, igrejas, comunidades raciais ou grupos étnicos, ocuparam, em grande medida, um lugar central nas entrevistas registradas pelo projeto, mas os entrevistados também destacaram que durante a guerra, eles tinham pouco tempo livre além do trabalho. Entenderam que a vitória dependia da capacidade dos Estados Unidos para operar como uma empresa industrial maciça. A nação tinha que produzir mais do que os inimigos e aliados juntos e, em seguida, tinham que entregar as mercadorias de guerra de uma forma oportuna e eficiente. A maioria dos americanos nunca viu o combate, na realidade nem a maioria dos homens que serviu as forças armadas. Mas a produtividade foi fundamental para as estratégias militares dos Estados Unidos, na medida em que havia uma mensagem ideológica: a sociedade organizada, fundamentalmente, em torno da satisfação das necessidades e ambições pessoais tem mais sucesso e é mais poderosa do que qualquer sociedade organizada em torno de princípios coletivistas. A auto realização individual serviu para distinguir a sociedade dos Estados Unidos de seus adversários, mas ao mesmo tempo, tanto a realização coletiva quanto individual, exigia um grande esforço econômico e a aceitação da uniformidade de práticas impostas pela produção, distribuição e consumo.

Aproximadamente 325 entrevistas foram gravadas, enquanto eu era diretor, mas o projeto ainda continua. Tem havido muitos projetos de história oral sobre a experiência norte-americana na Segunda Guerra Mundial. Nosso foco é compreender as mudanças de pensamento e comportamento ao longo desses anos. A questão macro histórica, que motivou o projeto, é a de que devemos aprender mais sobre como os americanos adaptaram à militarização constante da sociedade norte-americana, depois de 1940, e como aprenderam a viver em um estado de guerra permanente que continua até os dias de hoje. Quase todos os entrevistados evitaram a retórica patriótica ou nacionalista quando falavam sobre a guerra e suas consequências. Para muitos entrevistados, o *País* significava, sobretudo, família e amigos, ao invés da ideia de nação. As comunidades locais, inclusive as comunidades religiosas, preferiram falar das coisas simples e quotidianas. As exceções à tendência para localizar maior sentido na igreja e família foram encontradas em dois grupos de entrevistados: aqueles que se matricularam numa universidade e desenvolveram carreiras profissionais, ou aqueles que estavam ativos em seus sindicatos e muitas vezes estavam envolvidos em movimentos para a expansão dos direitos civis. Aqueles entrevistados se sentiam confortáveis e muitas vezes ansiosos para examinar as conexões entre a vida pessoal e os eventos nacionais. Suas experiências institucionais lhes forneceram os hábitos mentais e as linguagens necessárias para realizar argumentos sobre os processos históricos como tal. Mas a maioria dos outros entrevistados se mostrou relutante em pensar nesses termos; geralmente, eles confessaram sua ignorância sobre tais assuntos. A forma como o mundo se desenvolve era muito confusa e surpreendente, pelo menos nos relatos gravados para o projeto. Sem conceitos abstratos, a vinda da Segunda Guerra Mundial fica sem explicação. Quando o entrevistador perguntou sobre o ataque no Havaí, a resposta foi um tanto surpreendente --a grande maioria disse que nunca esperava que ocorresse a guerra contra o Japão e Alemanha -- e a resposta típica foi: a gente estava trabalhando tanto, não tínhamos tempo para pensar em nada, pelo menos nada mais além do trabalho e da família. Chegamos ao problema bem conhecido na literatura de história oral: é difícil conectar as micro histórias que nos deparamos com análises macro históricas.

Eu usei essas histórias nas minhas aulas para iluminar dimensões de como a vida mudou nos Estados Unidos em meados do século XX. O desafio pedagógico, para mim, tem sido o de respeitar a individualidade da experiência de cada narrador, sem nunca esquecer que é preciso fornecer generalizações. Mas percebi que só os militantes, ou políticos ou evangélicos, narravam histórias interessantes para os alunos dos meus cursos. Os militantes encontraram ideologias que lhes ensinaram como fazer

as experiências inesperadas compreensíveis. Valores ideológicos permitiram que pudessem narrar histórias animadas e divertidas. É que as ideologias refletiram ou quiçá criaram personalidades agradáveis! Bom, usei os militantes frequentemente, mas precisei destacar que os outros entrevistados tinham vidas igualmente interessantes mesmo sendo muito particulares.

A maioria dos entrevistados não queria discutir conflitos no trabalho, a menos que fosse um representante do sindicato e tivesse, na sua trajetória, uma relação significativa com a gestão. Quando lhe pediram para dizer mais sobre as limitações da liberdade durante a guerra, a resposta foi quase sempre em um tom lacônico: “Nós fizemos o que tínhamos que fazer.” O assédio sexual sempre aconteceu com amigas, nunca com as entrevistadas, que disseram: “Eu sabia como lidar com caras mal-educados.” O tema das relações raciais durante a guerra foi algo importantíssimo para nós pesquisadores, mas ninguém queria falar nada sobre o assunto. Entrevistados disseram: “Todo mundo se dava bem.” A propaganda de guerra, divulgada pelo governo, promoveu ideias controversas da "democracia racial" norte-americana, muitas vezes, *à la* Gilberto Freyre ou Arthur Ramos. Na vida cotidiana, as ideias de “democracia racial” contradiziam o que a maioria dos americanos tinha aprendido com rotinas diárias, pois durante a guerra havia distúrbios raciais em dezenas de outras cidades do país, com milhares de jovens brancos, muitos de uniforme, espancando e matando negros e latinos. Mas não na área da Baía de San Francisco. Lá, havia uma aliança de sindicatos com grupos de direitos civis que impediram a violência generalizada que assolou o resto do país. Insistíamos que falávamos sobre relações raciais, e nossos entrevistados nos contaram muitas histórias interessantes que revelaram que a violência racial aconteceu em Richmond, sim, mas não era explícita.

No que toca em geral as trajetórias individuais diante da crise nacional, os entrevistados narraram, com certa frequência, histórias pessoais que eram bem condizentes com a ideologia nacional de guerra, ainda que não fosse compatível com as formas de vida necessárias para se alcançar “o sucesso”. Quando comecei esse projeto, em 2002, eu queria usar a história oral para mudar a forma como nós ensinávamos sobre a Segunda Guerra Mundial e seus efeitos ao longo do tempo nos Estados Unidos. Com certeza, o objetivo falhou. Nas minhas aulas, as interpretações e argumentos mais importantes ainda derivavam da análise das estruturas políticas e econômicas, a partir de dados macro históricos.

As trajetórias pessoais ilustram as consequências das grandes estruturas que mudam a vida cotidiana. Geralmente é dessa forma que as pessoas são consideradas como fontes importantes, na História Oral, pois elas colocam em evidência os efeitos e as causas das mudanças sociais, conclusão

esta que eu discordo. Acho que os projetos em História Oral partem do pressuposto que a experiência privada e a vida pública são duas ordens diferentes, inclusive do ponto de vista ético, essa postura ideológica tem implicações profundas para a definição da vida política e das perguntas adequadas que devem ser incluídas em suas deliberações. O deslocamento do valor da ordem pública para a experiência privada significa, por exemplo, que a “liberdade”, como o direito de participar da vida cívica, com a correspondente obrigação de respeitar as decisões coletivas, tem promovido o senso de independência da vida cívica. Este dilema aflige os progressistas, bem como os conservadores, pelo menos isso é visível nas formas com que os entrevistados procuram enquadrar suas histórias pessoais.

PRISCILA DORELLA: *Mas como esse dilema sobre a liberdade política, identificado no seu trabalho sobre História Oral, pode existir tanto para progressistas quanto para os conservadores nos Estados Unidos?*

RICHARD CÁNDIDA SMITH: Enormes áreas do país, agora amplamente dominadas pelos republicanos, foram empobrecidas e devastadas economicamente como resultado de políticas que promovem a "liderança" / “dominação global” dos EUA. Mas mesmo nas áreas do país que se beneficiaram dessa economia orientada para a dominação global, uma profunda desconfiança da vida pública se desenvolveu. A aparente inabilidade do povo americano, em todo o espectro político, de acreditar na ação coletiva é surpreendente, dada a riqueza que o país gera e o poder inquestionável que possui. Também é surpreendente, dado a importância de experiências coletivas históricas, como a superação da devastação econômica provocada pela Depressão e a conquista da liderança na coalização internacional contra o fascismo. O período do pós-guerra vivenciou fortes batalhas para expandir os direitos de cidadania, bem como o crescimento do que os sociólogos chamaram de "novos movimentos sociais" intensificando os debates políticos sobre questões como os direitos civis raciais, os direitos das mulheres, a proteção do meio ambiente, os direitos dos homossexuais, os direitos das pessoas com deficiência, que tiveram profundos efeitos na conduta da vida cotidiana. O sucesso dos novos movimentos sociais também pode confirmar, com isso, a importância e o poder da ação coletiva no enfrentamento de problemas nacionais de longa data. Inicialmente, esse era o caso.

Desde a década de 1940, as pesquisas públicas têm coletado dados sobre atitudes populares em relação ao governo e as empresas. Após a conclusão da guerra, houve excesso de confiança na capacidade da nação para lidar com seus problemas e muita fé na sabedoria dos líderes nacionais. Em meados da década de 1950, por exemplo, apenas 18% dos entrevistados concordaram que "o governo

era controlado por grandes negócios para seu próprio lucro". Vinte anos depois, após o desastre da Guerra do Vietnã, vimos uma reviravolta de opinião: 74% concordaram com esta declaração. O desencanto com as soluções públicas para os problemas sociais foi um fator importante no rápido declínio das taxas de participação dos eleitores que ocorreram durante a década de 1970, e possivelmente somente após a eleição de Donald Trump poderá ser revertido, mas é muito cedo para saber realmente se o notável crescimento de participação dos eleitores nas eleições de 2017 continuará. O cinismo sobre a ordem pública tem sido mais elevado naqueles que se tornaram adultos entre 1965 e 1985, o que parece estar relacionado à experiência da Guerra do Vietnã e da crise política de Watergate. A desconfiança da autoridade pública cruzou todo alinhamento ideológico, econômico e social, de modo que os americanos que se identificaram com a esquerda desconfiaram tanto da capacidade do governo de melhorar as condições em que as pessoas viviam quanto os americanos que se identificaram com os conservadores, que são na verdade os liberais tradicionais comprometidos com os poderes mágicos do mercado, de um otimismo cego, em prol dos melhores de todos os mundos possíveis, na forma de Pangloss, famoso personagem de Voltaire.

A posição conservadora é incoerente porque você não pode ter, ao mesmo tempo, um governo mínimo, uma força militar poderosa e outros serviços de segurança necessários para policiar um império global. Por esse motivo incoerente, entre outros, as administrações dos governos republicanos desde Ronald Reagan tem sido caóticas, tanto política quanto economicamente. Elas colapsaram a economia e eleitores à procura de alternativas. Alternativas que também nem os democratas e nem as esquerdas forneceram. Para progressistas e radicais, o poder público passou a ser intrinsecamente perigoso – e há muitos fatores que reforçam essa ideia –, então, a ação política passou a ser mais expressiva nos movimentos de protesto ao invés de ser nos movimentos organizados e determinados a assumir o controle de gestão da sociedade. Esse vazio político entregou o governo aos centristas, que ganharam votos prometendo proteger os direitos das minorias e o meio ambiente, mas que na prática protegem os interesses dos poderes financeiros e da alta tecnologia, mantendo o estado de “segurança nacional.”

PRISCILA DORELLA: *O seu trabalho dialoga em muitos sentidos com a História Intelectual. Como esse campo historiográfico se desenvolveu nos Estados Unidos e, ao mesmo tempo, foi moldado pelos acontecimentos políticos e sociais?*

RICHARD CÁNDIDA SMITH: Há sessenta anos, em vez de história intelectual, havia nos Estados Unidos um campo de estudo chamado história de ideias. O historiador mais importante, o “patrono” da disciplina, foi o professor Arthur Lovejoy da Universidade de Johns Hopkins em Baltimore, Maryland. Entre 1940 e 1962, Lovejoy foi o editor fundador da revista *Journal of the History of Ideas*. Para Lovejoy, o objeto do estudo era um conceito que ele chamava “unit ideas,” que talvez eu possa traduzir como “ideias básicas.” Às vezes, Lovejoy as chamava de “ideias axiomáticas”, as quais falam sobre a condição humana universal. Tais ideias não são socialmente contingentes. Elas não podem ser reduzidas a uma ou a outra ideologia. Elas ficam fora das forças sociais porque falam de realidades existenciais. Elas vão se desenvolver nas reflexões dos grandes escritores que tem tentado resolver, na medida em que a filosofia permite, enigmas tais como: por que estamos aqui, qual é o nosso dever, e por que o mal existe. A conversa se estende desde a Bíblia e os filósofos gregos até os dias atuais. Os artigos e livros de Lovejoy abrangeram uma gama de séculos, embora seu trabalho mais importante, *A Grande Cadeia do Ser*, tenha analisado a intersecção de ideias políticas e religiosas nos séculos XVI e XVII.

A obra de Lovejoy, dos seus correligionários e dos seus estudantes discute ideias como sistemas avaliados para a coerência interna e a capacidade de resolver as contradições encontradas na obra dos grandes pensadores anteriores. As relações com a vida quotidiana não foram investigadas. A vida é confusão, mas as ideias corretamente entendidas oferecem visões de realidades superiores. Um ponto metodológico: uma vez que as sociedades são de natureza confusa, elas não podem oferecer ao investigador uma evidência conclusiva para a interação da vida social com as ideias axiomáticas. Então não vale a pena estudar essas interações, que, em todo caso, desviam o estudante das questões mais importantes.

Claro que havia outras correntes. Historiadores como Carl Becker, Vernon Parrington, Perry Miller, F. O. Matthiessen, Leo Marx, e Henry Nash Smith pretendiam definir a civilização norte-americana através das ideias que moldavam o comportamento dos líderes e do povo igualmente. As questões investigadas foram: por que a revolução aconteceu e para quê; como os norte-americanos equilibraram os desejos contraditórios para a estabilidade social e a liberdade individual; por que a escravidão continuou por oitenta anos depois da revolução; por que há ênfase no progresso tecnológico; quais são as bases mais fortes dentro da sociedade norte-americana para os valores democráticos e progressistas. A partir desses trabalhos surgiu, na década de 1940, a disciplina de estudos americanos: “American Studies”. Os estudos americanos cresceram rapidamente, muito mais do que a história de

ideias. Mas sempre com a crítica de que o trabalho era impressionista e que faltava rigor nos argumentos.

Entre 1950 e 1970, historiadores mais jovens começaram a sintetizar o rigor formal da história das ideias com as perspectivas sociais e culturais dos estudos americanos. A partir desse esforço, a “história intelectual” chegou como um campo distinto de estudo nos Estados Unidos. Dentre os livros mais importantes encontram-se: *The End of American Innocence (O Fim da Inocência Americana)*, de Henry F. May - um estudo das mudanças culturais nos Estados Unidos entre 1910 e 1920; *The Structure of Scientific Revolutions (A Estrutura de Revoluções Científicas)*, de Thomas Kuhn - livro famoso e também infame pela tese de que o conhecimento científico é socialmente contingente, em vez de absoluto; *Strangers in the Land (Estrangeiros no País)* de John Higham – uma investigação de conceitos da identidade norte-americana através das campanhas para acabar com a imigração.

Mas a chave metodológica veio do trabalho “contextual” na Universidade de Cambridge, na Inglaterra, realizado por Quentin Skinner e seus colegas nas bases linguísticas de ação social. Com novas ideias sobre a relação entre linguagem e comportamento, os historiadores poderiam entender com mais certeza o que as palavras significavam, o que as ideias pediam que fosse feito. O livro de Bernard Bailyn, *The Ideological Origins of the American Revolution (As Origens Ideológicas da Revolução Americana)*, publicado em 1965, aplicou a metodologia hermenêutica de Cambridge para reinterpretar os documentos da revolução. O livro teve um efeito revolucionário na historiografia dos Estados Unidos, sobretudo no estudo da revolução e do início da república, bem como nos conceitos fundamentais da sociedade norte-americana.

Bailyn argumentou - e outros ampliaram e aprofundaram o seu argumento - que a revolução não era liberal, que as instituições nacionais não eram liberais, que a sociedade dos Estados Unidos começou com conceitos bem antiliberais, os quais Bailyn chamou “republicanos.” Os republicanos olharam para trás no tempo com o objetivo de preservar a estabilidade social. A Inglaterra, com seus esforços para reformar o império, procurou a modernização, inclusive uma economia liberal. Os líderes da América do Norte britânica reagiram conservando a autonomia local e controlando, se não fosse possível impedir, um novo sistema mundial de desenvolvimento rápido, estimulado pelo crescimento dos mercados.

Com certeza, o republicanismo explica muitas coisas misteriosas da sociedade norte-americana no século XVIII, e explica também, melhor do que as interpretações anteriores, os debates ferozes

entre os Federalistas e os anti-Federalistas sobre os poderes do governo nacional e os debates igualmente acalorados entre os defensores de Thomas Jefferson e os de John Adams. O republicanismo explica aspectos - mas só alguns aspectos - da política econômica no século XIX, e também alguns conceitos das relações internacionais. Historiadores procuraram por vestígios do republicanismo na vida norte-americana nos anos posteriores, inclusive até o fim do século XX e, é claro, os acharam. A tese do republicanismo tem sido como o telescópio Hubble que revelou, e continua revelando, novos mundos, muitos deles inesperados e surpreendentes.

De fato, existe um problema óbvio: é bobagem negar que os Estados Unidos é uma nação bem liberal. Quando acabou o republicanismo e os Estados Unidos se tornou liberal? Os defensores do republicanismo não puderam dizer, ou não quiseram dizer. Os conservadores gostam da tese do republicanismo porque ela enfatiza que a liberdade individual está subordinada às normas reguladoras da comunidade. Os progressistas (os esquerdistas) gostam da tese do republicanismo porque ela diz que as raízes mais profundas da nação são comunitárias e então a “fase” atual, do neoliberalismo corporativo, será superada.

Mas o republicanismo é um conceito historiográfico ou histórico? O republicanismo existiu no passado ou só nas mentes dos historiadores? É certo que havia “republicanos” que argumentavam sobre a história das repúblicas anteriores como experiências distintas sobre o viver em sociedade. Entre os documentos: os *Papéis Federalistas*, sobretudo os artigos de James Madison. O republicanismo poderia ser nos termos de Arthur Lovejoy uma ideia axiomática. No entanto, nunca existiu o republicanismo como um sistema de pensamento. Havia republicanos, e muitos, mas nunca houve o republicanismo mesmo. Para Bernard Bailyn, isso era óbvio, e o republicanismo foi sempre para ele um conceito historiográfico que tinha valor heurístico. O republicanismo só tem sentido em relação ao liberalismo, para tornar visíveis as realidades americanas que não eram liberais, e havia muitas, inclusive, possivelmente, na revolução de 1776. Segundo Bailyn, o problema é como entender as linguagens do passado. O problema fica mais difícil quando a linguagem do presente ainda compartilha muitas palavras e ideais com a linguagem do passado. O republicanismo, como conceito heurístico, quebra os vínculos enganadores.

Quando comecei meus estudos de pós-graduação em História dos Estados Unidos, os debates sobre o republicanismo em relação ao liberalismo tomavam muito tempo das aulas. Estudei, com Joyce Appleby, talvez a crítica mais forte do uso excessivo do conceito do republicanismo. Ela admitiu

que a sociedade norte-americana antes da revolução tinha conceitos bem desenvolvidos de uma sociedade equilibrada e ordenada. Podemos chamar os conceitos de “republicanos”, embora os americanos do império britânico nunca tivessem usado a palavra até o conflito se aprofundar e eles começassem a se perguntar se a monarquia não era mesmo inerentemente instável porque dependia da vontade pessoal do rei. Appleby mostrou que os conceitos liberais estavam surgindo nas práticas de mercado. A linguagem do mercado não era tão desenvolvida quanto à linguagem da sociedade equilibrada porque as instituições do mercado ainda estavam se formando. Para mim, o ponto chave do seu argumento foi: Ninguém vive num sistema monolítico de discurso. Sempre temos várias línguas à nossa disposição baseadas nas práticas quotidianas, e também os líderes e o povo da América do Norte do século XVIII podiam entrelaçar os sistemas discursivos disponíveis para eles. Appleby mostrou a mistura de conceitos colocados nos documentos originais. Dizer que a revolução era republicana ou liberal ou cristã ou qualquer outra coisa não tem sentido, nem teórico nem prático.

Os debates sobre o republicanismo me impressionaram muito, embora eu não pretendesse trabalhar com a história dos Estados Unidos deste período. O meu interesse era, e permanece, na história da subjetividade desde 1880, quando o conceito de “self” (o *eu*) revolucionou o entendimento do indivíduo no mundo anglofalante. Eu estava, e continuo, trabalhando na intersecção de diferentes formas de expressão: escrita, oral, visual e performativa. Em cada forma expressiva, eu achei que as apresentações da subjetividade da mesma pessoa eram, frequentemente, bastante diferentes. Ao compará-las e colocá-las numa argumentação, eu esperava desenvolver interpretações históricas que retornassem o sujeito à história como um ator que tem que escolher o seu futuro sem romantizar o indivíduo, porque o sujeito é sempre uma função linguística. Se a subjetividade pura é conhecida somente pela pessoa que a experimenta, a subjetividade prática aparece nas formas que as pessoas usam para representar a si mesmas e os outros - o *eu* como um ator histórico. O meu objetivo tem sido examinar como as ideias, sentimentos e auto entendimentos surgem das várias comunidades ou instituições às quais o sujeito pertence. Ou seja, investigar as lutas que as formas de auto representação têm provocado.

O êxito da história intelectual tem sido enorme, mas há também problemas evidentes. Qual é o sujeito da história intelectual? As ideias? Os valores? As crenças? A ideologia? As instituições de conhecimento? A cultura? As relações com o poder? Ao contrário da metodologia bem limitada da história das ideias, a história intelectual está sempre se espalhando, absorvendo cada inovação, sem limites. Não há definição com a qual os historiadores afiliados possam concordar. Como muitas coisas

nos Estados Unidos, os princípios são pragmáticos e, de vez em quando, oportunistas. Dito isso, houve realizações significativas ao longo dos últimos cinquenta anos. Para ler mais dos debates atuais, vá ao site da Associação de História Intelectual dos Estados Unidos (Society for U.S. Intellectual History), <https://s-usih.org/>. Hoje, dia 30 de novembro de 2017, há *postings* discutindo o papel de jornalistas escrevendo sobre a Revolução Bolchevique, na Rússia, e a chegada ao poder de Hitler, na Alemanha. Além disso, há discussão da história das ideias racistas. Gostei muito da discussão de como os liberais econômicos (os libertarianos) se aliaram com racistas após 1945, quando cresceu o movimento para proteção nacional de direitos civis.

Voltando ao tema do republicanismo e liberalismo na vida formativa dos Estados Unidos, eu acredito que as melhores respostas para o debate sobre a História Intelectual norte-americana podem ser encontradas nos artigos e livros dos historiadores que têm investigado a importância da filosofia moral escocesa nos Estados Unidos, entre eles, Charles Cashdollar, George Marsden, Mark Noll, James Turner, Caroline Winterer. Esses historiadores acharam que o iluminismo escocês permeava as instituições mais importantes dos Estados Unidos desde os meados do século XVIII até o fim do século XIX: a educação, a lei, o sistema de “checks and balances” (freios e contrapesos) no governo, o conceito de cultura, e tudo mais. Os princípios eram ensinados nas escolas primárias, secundárias e nas universidades. Os jornais se referiam com frequência às ideais, aos argumentos e aos autores principais.

O “Senso Comum”, como tipicamente se chama a escola escocesa, tinha um conceito liberal do universo, da relação do indivíduo com Deus, embora tenha sido baseada na teologia calvinista. Deus quer que todos achem o Bem, a Razão, e o Belo para realizar a perfeição implícita do início da Criação; foi prometido que haveria um aprimoramento sem fim das pessoas, da sociedade e da natureza. As crenças ontológicas enfatizam a relação entre o progresso moral e material - sem um, não existirá o outro. Como resultado, houve uma abertura para as novas ciências do século XIX, inclusive o darwinismo, e também para a inovação tecnológica. O que para os críticos estrangeiros sempre parecia uma mistura confusa de motivos, para os pensadores norte-americanos era uma tela sofisticada, a qual eles reconheciam que, sem comida, nem habitação decente e estabilidade pessoal, seria bem difícil elevar o espírito, a não ser que o indivíduo já fosse santo.

O sistema epistemológico enfatiza que o conhecimento dos indivíduos é bem limitado, mas os sentidos têm relação direta com os objetos; então o conhecimento coletivo tem uma probabilidade maior de ter razão. A gente deve compartilhar impressões para conhecer a verdade. Cada indivíduo

deve dizer francamente o que pensa, mas também deve aceitar o julgamento superior da comunidade. De acordo com Alexis de Tocqueville, o individualismo nos Estados Unidos não pode ser distinguido da conformidade compulsiva.

Mas desde o início da república, havia um medo constante de que o governo republicano nas Américas poderia falhar, assim como já havia falhado na Grécia, na Itália e nos Países Baixos. Essas falhas eram geralmente atribuídas à ambição individual gerando conflitos políticos cada vez mais violentos que dominaram qualquer concepção do bem público. O antídoto contra esse perigo, na filosofia moral escocesa, era o medo da opinião pública. Tocqueville escreveu sobre os americanos (o que significa, em geral, os homens brancos mais privilegiados que conheceu, bem como suas esposas e filhos) sentindo a necessidade de justificar os seus pensamentos e ações para seus pares. Para um país que se orgulhava do valor que colocava na liberdade individual, Tocqueville ficou surpreso (ou pelo menos ele disse que estava surpreso) com o grau de conformidade e aceitação autoinduzida dos americanos. Isso não significa conformidade com os ditames do Estado ou com a Igreja Católica, nem com a aceitação da posição social herdada na própria família. Um cidadão era julgado pelo que ele próprio fez, e seus juízes eram cidadãos tanto quanto ele em sua comunidade local, igreja e clube. Era esperado que o próprio cidadão americano examinasse o seu comportamento, assim como os seus amigos e vizinhos deveriam fazer para que fosse viável a reconciliação com os seus próprios desejos e esperanças. A procura por sinais de um verdadeiro caráter nos comportamentos e no trabalho seja por eles representarem um esforço por viver de acordo com certos ideais morais ou uma entrega aos instintos básicos inerentes a ser humano, era um elemento considerado fundamental das relações sociais democráticas do século XIX, nos Estados Unidos, expressadas por pesquisadores, romancistas e poetas.

Para dar um exemplo bastante conhecido que atualmente é constantemente transmitido aos estudantes do ensino médio e superior nos Estados Unidos: Frederick Douglass. Ele foi um escravo de Maryland que escapou para a Nova Inglaterra e se tornou um líder nacional no movimento abolicionista, além de um dos mais importantes escritores da época. Após a Guerra Civil, ele participou da redação das alterações constitucionais que proíbem a escravidão, concedendo cidadania aos antigos escravos e estabelecendo direitos de cidadania nacional. Um de seus discursos mais famosos, realizado na conferência republicana em 1854: "O que o 4 de julho significa para o escravo?" ele articulou como poucos o problema moral que envolve a democracia norte-americana. Primeiro entregou o discurso a um grupo de abolicionistas brancos de Boston, durante as festas do Dia da Independência.

O discurso se tornou extraordinariamente popular, e Douglass percorreu o Norte e o Centro-Oeste dando palestras. As versões impressas foram esgotadas rapidamente. É seguro dizer que Douglass havia capturado algo importante sobre como os americanos brancos nos estados do norte queriam ver a si mesmos e o seu lugar na história. Ele conhecia a filosofia moral escocesa e ele entendeu o seu público, que geralmente era formado por progressistas brancos comprometidos com o fim da escravidão. Douglass começou por apontar a absoluta hipocrisia dos americanos (= brancos) comemorando o quatro de julho como um evento importante da libertação da humanidade da autocracia e da escravidão quando o país era o país mais bem-sucedido e mais rico de escravos na história do mundo. Os americanos, ele disse, gostavam de se lembrar do quão singular era a experiência política da democracia e como a nação havia prosperado. Mas aí eles começaram a se preocupar. Talvez eles não fossem tão bons assim, e a centralidade da escravidão no desenvolvimento da república americana era a evidência necessária de que tais preocupações eram justificáveis. Douglass declarou que acreditar que os Estados Unidos eram o pináculo da perfeição humana era acreditar em um falso patriotismo. Os americanos que permaneceram fieis à sua herança revolucionária entenderam que a república era um projeto contínuo de melhoria individual e social. A sociedade avançou quando os indivíduos enfrentaram os desafios morais que impediam o seu desenvolvimento pessoal. Muitos desses desafios, como a escravidão, eram complexos e exigiam esforço político para superar. A república prosperou quando os seus filhos perceberam que a revolução nunca terminaria. Os cidadãos da década de 1850 tiveram de aceitar as graves responsabilidades que seus avós haviam assumido na década de 1770, continuando a luta contra a tirania, onde quer que fosse. Ou a liberdade expandia o seu alcance ou a humanidade seria escravizada outra vez. O status dos afro-americanos foi uma advertência do que acontece com todos os cidadãos quando os limites são impostos à participação democrática.

Douglass terminou o seu discurso com uma gloriosa previsão de que a Revolução Americana estouraria novamente à medida que os filhos e filhas da América resolvessem acabar com a escravidão. Atrás de seu argumento, que preparou o seu público para a Guerra Civil, havia uma concepção de que os americanos viveram sempre a distância entre prosperidade, conforto e ideais que exigiam a retomada constante às bases morais reveladora de um futuro melhor. O discurso de Douglass articulou um ideal político fundamental para o pensamento progressista de sua época, um ideal que continua a ter um forte apelo: o progresso avança através do amplo reconhecimento de que

nenhum de nós ainda é digno da generosidade que a nação americana oferece. Mas podemos ser se trabalharmos duro em melhorias pessoais e sociais!

A filosofia moral escocesa coloca conceitos ditos liberais junto com conceitos ditos republicanos. O “Senso Comum” é um fato histórico. Existia no passado, embora hoje seja esquecido pela maioria. Há apenas cem anos atrás, os ensinamentos da filosofia moral escocesa ainda eram conhecidos por quase todo mundo nos Estados Unidos. A perda da filosofia moral escocesa como cultura de fundo foi a história que Henry F. May narrou no livro *O Fim da Inocência*. O trabalho dos muitos historiadores demonstrou posteriormente o quão profundamente os princípios da filosofia moral escocesa permeavam a vida norte-americana. Muitos fundamentalistas nos Estados Unidos ainda acreditam que mais uma vez o “Senso Comum” deve realmente ser o fundamento da sociedade norte-americana. Independente disso, é preciso reconhecer que sem a filosofia moral escocesa, não é possível compreender muito bem o primeiro século da república ou mesmo as guerras culturais de hoje em dia.

Eu poderia prosseguir com outros êxitos da História Intelectual no esforço de compreender o conhecimento mais profundo sobre o papel da ciência moderna na formação do sistema de segregação das raças nos Estados Unidos, depois da Guerra de Secessão; a restauração da importância fundamental do pragmatismo para o liberalismo administrativo (“managerial liberalism”) dos Estados Unidos; os conceitos mais profundos do desenvolvimento das ciências sociais e da psicologia sobre tudo, como fontes importantes para a política reguladora. Ou os grandes trabalhos sobre as bases intelectuais dos movimentos afro-americanos e feministas que esclareceram, por meio de diferentes razões, as lutas pela ampliação da democracia. Há vários livros novos sobre a ciência social do pós-guerra que analisaram as origens e as práticas das teorias de modernização. O problema é que houve muitas outras tendências nas ciências sociais depois de 1945 que ainda precisam de estudos. A história não é completa, mas os trabalhos publicados recentemente explicam os fatores que contribuíram para o fracasso no Vietnã. Explicam também os motivos da política externa dos Estados Unidos ter mudado depois de 1963 para preferir suportar as ditaduras nos países ditos subdesenvolvidos. As explicações são complexas e incluem vários lados da questão.

Contudo, preciso destacar que o que aconteceu nos Estados Unidos depois de 1940 ainda fica aberto para uma investigação mais profunda. Todos nós sabemos que as mudanças foram enormes. Talvez, enumerar os efeitos deva ser substituído por explicar as causas dos efeitos que ainda nos

prendem emocionalmente e tem um aspecto existencial para qualquer pessoa que tenha experimentado o que aconteceu. Entretanto, ainda não se trata de entender, de certa forma, sobre as possíveis causas do que aconteceu. Houve mudanças óbvias, mas ainda inexplicáveis, tais como: o país militarizou-se e ficou militarizado; como resultado, os poderes do governo nacional aumentaram, às vezes com bons resultados (os direitos civis), e com maus resultados (a guerra sem fim). Provavelmente, muitas políticas da época pós-guerra poderiam ser justificadas, mas outras não tinham como dar errado, e muitas outras revelaram as vaidades e os crimes de poder sem limites - tema que os norte-americanos da época revolucionária achariam necessário discutir para promover o bem comum. Agora as contas estão aí para serem pagas, e nós, nos Estados Unidos, precisamos hoje e amanhã de histórias que expliquem as contradições e as incoerências da política nacional desde 1940, mas também que mostrem recursos internos bem abrangentes para resolver os problemas. O desafio será sempre como fazer isto com mais rigor e também com mais paixão.

Voltemos a Frederick Douglass, que se tornou um herói nacional: a tática de Douglass de inverter o discurso patriótico para desafiar a arrogância americana lida com a contrapartida do mito nacional até hoje existente. Por exemplo, a descoberta da América também foi conquista e conduziu a dizimação de grande parte da população indígena. A proeza tecnológica intensificou a pobreza e os desastres ambientais. O arsenal da democracia derrotou os nazistas, mas por outro lado os americanos imitaram, para não dizer que se igualaram, os crimes de guerra de seus inimigos, lançando bombas atômicas em Hiroshima e Nagasaki e lançando a corrida armada na Guerra Fria. Em um nível mais interno, os GI's que voltaram para os Estados Unidos como heróis expulsaram as mulheres dos empregos que elas conquistaram durante a guerra e defenderam o retorno delas à cozinha e ao berçário. Ou seja, o poder patriarcal mantém a sua capacidade de infligir violência sobre aqueles que ele alega defender. Esta gama de críticas tem levado recorrentemente a luta pelos direitos a cidadania que está presente apesar de suas muitas fraturas históricas e ideias discutíveis.

Isso deixa os conservadores loucos, mas, no final das contas, essa forma de autocrítica reforça o patriotismo e o poder nacional porque integra grupos sociais alienados em mitologias nacionais. Como Douglass sabia, uma mitologia nacional negativa tem potencial para gerar esforços corretivos positivos para problemas que, de outra forma, estariam se agravando, enquanto os apelos patrióticos chauvinistas só criam complacência e aceitação do status quo, com falhas significativas que continuam a prejudicar o poder nacional. Com cada crise de autoconfiança, os Estados Unidos enfrentam, de novo, suas realidades desafiadoras, reinventam e reafirmam sua reivindicação de ser a

sociedade revolucionária mais bem sucedida do mundo até o presente. Mas o processo contribuiu para a exclusão de radicais no governo. Os radicais americanos desempenharam um papel necessário e insubstituível nos movimentos progressistas, mas ocuparam uma zona limite entre o ideal e a realidade. Aqueles que iniciam um processo de crítica e autocritica parecem seres exóticos separados da força maléfica que domina a sua própria nação. Ir além do discurso e aderir ao poder de forma responsável significa abandonar o papel do profeta e assumir os riscos do príncipe. Para se unir a uma força política que ultrapasse o protesto e concorra pela autoridade governamental é preciso abrir mão da credibilidade que oferece uma audiência conquistada para ouvir um público amplo e com isso correr o risco inclusive de perder a capacidade de influenciar o futuro.

PRISCILA DORELLA: *Em 2013, o senhor publicou o artigo - “Érico Veríssimo, a Brazilian Cultural Ambassador in the United States”- na Revista Tempo (UFF). Como o Brasil se tornou o seu objeto de seu interesse?*

RICHARD CÁNDIDA SMITH: Eu tinha começado a minha pesquisa nos arquivos sobre Panamericanismo e trocas culturais e estava examinando diversas fontes. O arquivo da Divisão de Assuntos Culturais, do Departamento de Estado dos EUA, inclui relatórios de e sobre artistas e intelectuais latino-americanos. Esses documentos que analisei foram produzidos entre 1938 e 1943. A maioria das pessoas identificadas nesse arquivo foi convidada para visitar os Estados Unidos como parte de um grande esforço de construir conexões pessoais entre elas e seus pares nos EUA. O Departamento de Estado esperava apresentar esses artistas e intelectuais da América Latina para figuras ligadas a editoras, museus e galerias de arte, universidades e até mesmo a Hollywood, que poderiam estar interessadas nos seus trabalhos. Um dos principais objetivos das autoridades norte-americanas era tornar possível o acesso dos latino-americanos aos diversos meios de comunicação dos EUA como parte de um vasto programa que procurava educar os norte-americanos a serem bons cidadãos no mundo, ou seja, fazer com que compreendessem os sacrifícios associados à responsabilidade de serem parte de uma potência mundial. Vale que ressaltar que era claro que os escritores que se tornaram figuras internacionais dependentes da mídia norte-americana puderam ter aliados suspeitos. Sucesso na cena mundial pode ser sedutor, como diz o historiador Antônio Tota.

Esses documentos ofereceram um excelente ponto de partida para investigar como diferentes pessoas responderam aos convites do governo americano. Érico Veríssimo foi frequentemente mencionado, em termos altamente positivos, como um romancista que atrairia os

leitores dos EUA. Os oficiais do Estado o comparavam com escritores populares regionais dos EUA, como Edna Ferber e A. B. Guthrie, Jr., autores esses com trabalhos divulgados também por meio de peças bem sucedidas da Broadway e/ou em filmes de Hollywood. O musical *Oklahoma*, o filme *Giant* e o romance *The Big Sky* são exemplos de que seu trabalho poderia se tornar bem aceito e conhecido nos Estados Unidos. Érico Veríssimo se enquadra assim no universo de escritores populares com trabalhos que possuem muitos aspectos interessantes, mas que geralmente não são considerados tão significativos para a literatura nacional. Talvez eles deveriam ser considerados de outra forma, mas isso é uma outra questão!

Nunca tinha ouvido falar de Érico Veríssimo, em absoluto. Havia muito anos que lia literatura latino-americana, na verdade desde que eu estava na escola, mas eu não o conhecia. Presumi que Érico Veríssimo fosse também considerado um escritor de peso leve, popular e superficial. Minha suposição inicial era talvez apropriada para os negócios editoriais nos Estados Unidos, mas inadequada para compreender o Brasil. Rapidamente, percebi opiniões divergentes no Brasil sobre Veríssimo, mas que convergiam para a ideia dele ser um escritor relevante do mundo lusófono, autor de livros com o significado icônico. Então, por que eu nunca tinha ouvido falar de Érico Veríssimo?

Essa pergunta se tornou ainda mais misteriosa quando as minhas pesquisas me revelaram que Érico Veríssimo foi o primeiro autor latino-americano a ter sucesso comercial e crítico nos Estados Unidos, quando o seu livro *Caminhos Cruzados*, foi lançado em inglês em 1943 com o título *Crossroads*. Outros oito livros dele foram também publicados em inglês ao longo de vinte anos, incluindo um livro de história da literatura brasileira para leitores dos EUA. Érico Veríssimo e Pablo Neruda foram os dois escritores latino-americanos mais lidos nos Estados Unidos, entre 1945 e 1965. É estranha essa conexão entre Veríssimo e Neruda, não é? Como a carreira internacional de Érico Veríssimo se fez? Essas e outras indagações levantadas formaram um conjunto de questões históricas sobre o estudo de trajetórias intelectuais latino-americanas durante o auge do Panamericanismo que se tornaram importante para a escrita do meu último livro *Continente improvisado*.

Em 2010, eu passei um semestre na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ), como Professor de Estudos Americanos da Fulbright. O acervo de Érico Veríssimo tinha acabado de chegar ao Instituto Moreira Salles, no Rio de Janeiro. A equipe ainda estava no processo de organizar as inúmeras caixas dos arquivos que tinham sido armazenadas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRS), em Porto Alegre, mas que não eram facilmente acessíveis aos pesquisadores. Gloria Bordini salvou esse material. Ela havia usado para a sua pesquisa, assim como

alguns outros estudiosos. Os trabalhos de Veríssimo não eram assim inteiramente desconhecidos, mas sem recursos para organizar e proteger a coleção, os materiais necessários para um estudo aprofundado de sua carreira não podiam ser amplamente utilizados na UFRS. Passei muitos dias no Instituto Moreira Salles. Os arquivistas do IMS-RJ prepararam para mim, com muito zelo e alegria, os documentos necessários para a minha pesquisa. Eu estava particularmente interessado nas relações entre escritores, editores, funcionários do governo, acadêmicos e outros nos Estados Unidos. Esse arquivo era apenas uma pequena fração de um material amplo, que se relevou mais do que eu poderia inicialmente imaginar, bastante relevante para o meu livro.

Os motivos do silêncio sobre a obra de Érico Veríssimo nos Estados Unidos são complicados de expor, mas me permitiu explorar uma história do como e do porquê um escritor razoavelmente bem sucedido chegou a ser completamente esquecido nos Estados Unidos. Eu apresentei parte da pesquisa em palestras em diferentes universidades do Brasil e dos Estados Unidos sobre o momento em que o seu trabalho estava se tornando especialmente relevante para os americanos, ao cumprir com a proposta comum dos defensores do intercâmbio cultural e contribuir com os americanos para uma mudança na forma de ver suas ações pelo mundo. O intercâmbio cultural foi justificado por favorecer a responsabilidade democrática nas Américas. Claro que é por isso que os conservadores dos Estados Unidos e defensores do poder executivo ilimitado odiaram isso. Os editores da Revista Tempo da UFF perguntaram se eu poderia preparar um artigo baseado nas palestras que ministrei e foi o que fiz.

Mas o livro que lancei agora – *Improvised Continent: Pan-Americanism and Cultural Exchange* - apresenta a história e o argumento com muito mais detalhes. O livro não está estruturado em torno de Veríssimo. Como em qualquer estudo histórico, a história se estende muito além da carreira de uma pessoa. Eu gosto de trabalhar com figuras exemplares, cujas aspirações e contradições esclarecem aspectos particulares de uma questão histórica maior. Érico Veríssimo me ajudou a narrar a transição do período da Política da Boa Vizinhança para a Guerra Fria, e seus trágicos efeitos na América Latina. Esta é apenas uma parte do livro, que se une a história de outros intelectuais latino-americanos como Gabriela Mistral, Diego Rivera, Candido Portinari, Carlos Fuentes e outros cujas carreiras nos Estados Unidos, a sua maneira, revelam uma parte importante de uma história ampla.

Quando comecei o projeto, acreditava que as relações culturais mais próximas dos Estados Unidos seriam com o México, Cuba e Porto Rico, enquanto que as nações do cone sul desempenhariam um papel importante devido ao crescimento robusto da indústria cultural nessa parte

do hemisfério, mas ainda secundário. Mas quando eu comecei a trabalhar no arquivo, essa suposição inicial não se mostrou correta. O México era o país mais importante da América Latina para os funcionários dos EUA, mas na esfera cultural, o México era menos importante do que eu imaginei. Houve razões práticas, como a fraqueza das editoras mexicanas antes da década de 1970. O Fondo de Cultura Económica começou nos anos de 1930, mas levou décadas para superar os impedimentos na produção e comercialização de seus livros. Os autores mexicanos tinham dificuldade em desenvolver um perfil internacional porque os editores faziam edições limitadas e não tinham dinheiro para publicidade. Os dois capítulos sobre o boom latino-americano em meu livro abordam o que Carlos Fuentes e outros fizeram para escapar dessas limitações práticas no México e, ao mesmo tempo, libertar os escritores latino-americanos da dependência dos negócios de publicação dos EUA ou da França para o reconhecimento internacional.

Ao pesquisar nos arquivos, ficou claro que os formuladores de políticas públicas dos EUA viram o grande potencial do Brasil na América Latina para se tornar um país consumista e industrializado. As autoridades do intercâmbio cultural que responderam aos objetivos estratégicos da Casa Branca concederam assim maior prioridade ao Brasil do que outros Estados membros da União Pan-Americana, embora de forma alguma excluísse os outros países. Isso explica em parte a surpreendente importância atribuída a Candido Portinari e a Érico Veríssimo, nos Estados Unidos, na década de 1940, e possivelmente também a Carmem Miranda. É claro que o talento também é um fator necessário porque nenhum objetivo geopolítico por si só seria capaz de motivar um editor a publicar um livro, expor a obra de um artista em um grande museu ou promover uma estrela de cinema de Hollywood.

A pesquisa nos arquivos norte-americanos deixou claro para mim que as autoridades do intercâmbio cultural achavam que Portinari e Veríssimo poderiam ter um impacto positivo sobre os cidadãos dos EUA, um impacto que ajudaria a construir o apoio necessário, nos Estados Unidos, para uma aliança mais próxima com o Brasil. Esse ponto se aproxima de uma parte importante do meu livro. A primeira audiência para as trocas culturais foi nos Estados Unidos, voltada para cidadãos norte-americanos que, em sua maioria, estavam desinteressados sobre o que se passava no mundo e despreparados para lidar com os custos da liderança/dominação mundial. O que atraiu Portinari e Veríssimo para os funcionários dos EUA foi a possibilidade de exibir os seus trabalhos, o que significava evidentemente conquistar um público de arte, leitores, e compradores dentro de um sistema de produção e distribuição já bem estabelecido e globalmente rentável.

PRISCILA DORELLA: *O livro que o senhor acaba de lançar “Improvised Continent – Pan-Americanism and Cultural Exchange” representa uma rica contribuição para compreendermos melhor as relações entre artistas e intelectuais latino-americanos e norte-americanos. Como a ideia do livro surgiu? Qual foi a relação que estabeleceu com o Brasil para a realização desse projeto?*

RICHARD CÁNDIDA SMITH: As origens do projeto remontam ao final da década de 1970, quando me envolvi em uma série de televisão pública que em última instância não foi ao ar, mas tinha o objetivo de promover nos Estados Unidos o trabalho de escritores latino-americanos contemporâneos. Foi nessa época que conheci pessoalmente vários autores, incluindo Octavio Paz, Carlos Fuentes, Elena Poniatowska, David Viñas, Orígenes Lessa, Gustavo Sáinz, Lygia Fagundes Telles, Luisa Valenzuela e Julio Cortázar. Além disso, eu me familiarizei com uma vasta gama de autores contemporâneos de América Latina. Comecei a aprender o português. Projetos exigem muito tempo, reflexão, leitura, escrita, ensino, antes que alguém possa dizer: “eu estou escrevendo um livro sobre tal e tal?”. Agora, acho que foi provavelmente uma sorte a série de televisão não ter funcionado - embora eu certamente tenha sentido o oposto naquela época! Eu era muito ingênuo, também pouco crítico com relação às ideias que eu deveria trabalhar para apresentar escritores latino-americanos a leitores e telespectadores norte-americanos. Como *sempre* acontece, a situação política naquela época caminhou em direções muito diferentes do que eu e os meus amigos poderiam imaginar. O que eu pensava que poderia acontecer foi exatamente o que não aconteceu. Eu não era o único a ficar surpreendido com o rumo que a sociedade realmente tomou, entre 1980 e 2010.

Meus dois primeiros livros me levaram também para outros rumos, mas no final da década de 1990 eu fui convidado a contribuir com um ensaio para um livro sobre cultura de fronteira EUA-México. O livro foi publicado para uma exposição de arte. Alguns dos materiais desse ensaio entraram no último capítulo do meu livro *The Modern Moves West*, o que levou a minha conclusão sobre a explosão das atividades de intercâmbio cultural através da fronteira, entre Califórnia e Baja California, após 1980. Eu achei que eu tinha muito a dizer sobre a relação de identidades profissionais, nacionais e locais na arte fronteiriça. Eu tinha muito mais a dizer acerca das diferenças de concepção entre a arte visual e o trabalho literário em enquadrar imagens da vida social. Também ficou claro para mim que o trabalho realizado, cujo resultado geral foi um belo material, teve, na melhor das hipóteses, uma relação tangencial com as difíceis questões sociais, econômicas e políticas em torno da fronteira entre

os EUA e México. As expectativas e padrões profissionais modelaram o que os artistas produziam, talvez isso foi uma pré-condição para a mudança social. Não sei, mas a descontinuidade foi marcante, chocante mesmo.

O próximo passo para o desenvolvimento do projeto do novo livro foi oferecer cursos em Berkeley sobre diferentes aspectos dos intercâmbios entre intelectuais norte-americanos e latino-americanos. Eu ministrei um curso de pós-graduação em história intelectual comparada, organizado em torno de divergências e convergências ao invés de diferenças e semelhanças. O ponto-chave não era pensar em nenhum fenômeno como algo acabado, ou seja, como um enigma que tem o seu desenvolvimento guiado por uma essência específica em relação a todas as outras questões comparáveis. Em vez disso, a ideia era analisar o desenvolvimento das instituições através de uma ampla gama de interações *à tous les azimuts*. A ideia foi acompanhar vários processos históricos em curso que precisavam ser avaliados em termos dos objetivos dos envolvidos e da forma de atuação com que diferentes personagens moldavam o resultado. Assim, nada existia de forma independente. Eu ofereci um curso de graduação sobre os Estados Unidos e a América Latina, diferindo dos cursos existentes sobre a história da América Latina, na medida em que o foco principal era o que se deveria aprender sobre os Estados Unidos, das guerras de independência nacional até o presente, a partir de um exame sobre as relações políticas, econômicas, culturais e intelectuais com a “outra” América.

O curso da pós-graduação acabou se tornando um seminário sobre “Os Estados Unidos no mundo, contextos intelectuais e culturais”, com o foco, não em uma história diplomática, mas em figuras não vinculadas diretamente ao governo. As relações entre EUA e América Latina permaneceram como sendo uma parte central desse curso, mas os estudantes trabalharam também sobre a história da África, do Oriente Médio, da Ásia e da Europa, o que permitiu uma discussão bem ampla das questões teóricas e práticas necessárias para conceituar a posição dos EUA no mundo de uma maneira que possibilitava evitar as tentações de argumentos maniqueístas. Uma característica fundamental da ampla abordagem que fiz foi que, em todos os casos, o conhecimento existente sobre muitos países e sua relação com os Estados Unidos teria que ser na mesma medida do que o conhecimento destes sobre os Estados Unidos. As análises que desenvolvemos precisavam integrar tradições acadêmicas distintas para chegar às histórias mais complexas. Eu ressaltai a ideia de que, além da historiografia imensa produzida nos Estados Unidos, os alunos teriam que lidar com o conhecimento produzido em outros países, preferencialmente nas línguas originais, para compreender os contextos dos debates produzidos no Brasil, França, Japão, etc. É que se de fato esperamos

entender os Estados Unidos como uma sociedade que praticamente, desde as suas origens, exerce uma influência excessiva e descomunal em relação às outras partes do mundo, e que se tornou nos 125 anos após a independência uma potência mundial, procurando moldar cada parte do mundo com o que considero uma agenda revolucionária, distinta e que foi reestruturada internamente por interações globais, então, para contar essa história de forma mais complexa, de uma maneira inovadora, talvez inesperada, precisamos ver o que os "parceiros" do nosso país tiveram a dizer, o que significa não apenas tocar de forma geral o tema, mas também explorar relevantes debates produzidos nos outros países em relação à interação dos mesmos com os Estados Unidos. Muitos desses debates a princípio podem parecer não ter nada haver com os Estados Unidos, mas refletem discordâncias internas de longa data sobre justiça, política, economia e sociedade. Eu argumentei com os alunos que os historiadores dos Estados Unidos precisam se familiarizar com as historiografias de outros países que se revelam relevantes para as questões pesquisadas.

Alguns dos meus alunos trabalharam com as relações entre EUA e América Latina, mas outros desenvolveram projetos focados em outras regiões. Samantha Iyer, agora professora de história da Universidade Fordham escreveu, por exemplo, sobre a política alimentar dos EUA após a Segunda Guerra Mundial, com ênfase no Egito e na Índia, os dois maiores países receptores de ajuda alimentar dos EUA. Ela aprendeu árabe, hindu e urdu para escrever o seu livro. Ela tinha que fazer isso se ela quisesse saber sobre como as ideias sobre a população, a vida agrária e o desenvolvimento econômico foram discutidas e as políticas públicas formuladas nos Estados Unidos, no Egito e na Índia. Ela teve que ir além do que os acadêmicos escreveram ou o que os planejadores nacionais propuseram nas agências dos EUA ou nas instituições globais, como o Banco Mundial. Era preciso considerar que tanto o Egito quanto a Índia foram parte do Império Britânico e que as ideias dos EUA sobre a demografia e o desenvolvimento econômico foram influenciadas pelo trabalho dos teóricos britânicos, mas também profundamente críticas a eles. A história que Samantha escreveu deveria assim levar em conta a crescente divergência entre posições norte-americanas e britânicas desde meados do século XIX. O seu livro, *The Agricultural Superpower: The Politics of Food in India, Egypt, and the U.S., 1870s-1970s*, será lançado daqui dois anos. É um trabalho impressionante e magistral com fontes egípcias que se tornaram acessíveis apenas porque ela estava lá durante a breve revolução da "Primavera árabe".

Quando escrevi *Improvised Continent*, parti do pressuposto de que as relações entre EUA-América Latina, embora historicamente distintas, não eram especiais ou únicas. Elas tiveram a história mais longa dos vários esforços formalmente organizados para vincular os Estados Unidos com outras

partes do mundo, uma vez que a União Pan-Americana foi a primeira das muitas organizações internacionais promovidas pelos Estados Unidos ao longo do século XX. Diante disso, a União Pan-Americana foi pioneira na projeção dos EUA enquanto governança global. O que agentes dos Estados Unidos fizeram eram, em grande medida, repleto de contradições e improvisos ao invés de planejamentos estratégicos, como muitos tendem a considerar. As relações culturais foram importantes para mim porque elas ofereceram um ponto de partida onde os países envolvidos eram totalmente iguais - não idênticos no que toca as divergências dramáticas de produção e distribuição cultural durante grande parte do período em que me dediquei à pesquisa do meu livro - mas todos os países tinham ricas culturas que poderiam facilmente ser interessantes para pessoas de outras nações. Em contraste, as relações entre os Estados Unidos e outros membros da União Pan-Americana foram inevitavelmente desiguais no que toca ao poderio político, econômico e militar.

Para contar a história de artistas e escritores latino-americanos nos Estados Unidos, no século XX, eu precisava consultar arquivos na América Latina, e o Brasil me exigiu mais tempo e estudo do que inicialmente havia previsto. Como muitos outros pesquisadores, solicitei uma bolsa Fulbright. Em 2010, fui à PUC-RJ, ministrar um curso sobre a história intelectual dos EUA. Cerca de seis semanas antes de chegar ao Rio, a diretora do Departamento de História entrou em contato comigo para perguntar se eu consideraria possível oferecer o curso em português, ao invés de ser em inglês, o que era comum nos cursos de estudos americanos. Traduzir um semestre de palestras, slides e materiais de discussão era um tanto desanimador, mas concordei e fiquei feliz depois por ter feito. Enquanto eu estava na PUC, recebi convites de universidades em todo o Brasil para dar palestras sobre o meu trabalho. Depois de concluir minha bolsa Fulbright, fiquei em contato com colegas brasileiros. Passei a viajar anualmente para o Brasil com o intuito de ministrar conferências e workshops. Uma editora brasileira, Letra e Voz, traduziu um livro de ensaios que escrevi sobre a história oral e as artes visuais, e quatro artigos originalmente escritos em português, apareceram nas revistas acadêmicas brasileiras.

Se você olhar para as notas de roda pé do meu livro, verá que eu cito com frequência intelectuais brasileiros. Alguns intelectuais foram particularmente importantes para mim enquanto eu pesquisava. Penso em Antônio Candido para o topo da lista, também em Roberto Schwartz e Eduardo Viveiros de Castro, mas há muitos outros, não limitados aos nomes citados nas minhas anotações. Estou hesitante em mencionar qualquer nome porque foram tantos autores cujo trabalho eu conheci. Quem eu mencionar deve ser tomado como apenas um exemplo do amplo universo que adentrei, mas

de nenhuma maneira eu poderia apresentar uma lista exaustiva. Se eu tentasse, o que eu não faria, ficaria aterrorizado de deixar alguém de fora! Encontrei dissertações e teses particularmente úteis e apreciei a forma como as pesquisas acadêmicas no Brasil são facilmente encontradas *on-line*, o que é bastante diferente das práticas acadêmicas dos EUA, que limitam o acesso público dos trabalhos a bancos de dados. O nível do trabalho dos intelectuais era alto. Eu tive uma série de intercâmbios frutíferos com estudiosos jovens e importantes que me ajudaram a desenvolver as interpretações da política e cultura brasileira que apresento no meu livro. Claro que o resultado do livro é sobre as minhas interpretações, mas elas serviram ao propósito de entender a sociedade dos EUA e suas dificuldades em promover uma ordem mundial que corresponda aos ideais do país e não apenas aos interesses do Estado ou das suas maiores corporações.

Minha troca de ideias com Carlos Minchillo sobre os últimos três romances de Érico Veríssimo foi particularmente importante para mim. Minchillo escreveu a sua tese sobre o que esses romances revelam da sociedade brasileira na década de 1960. Meu foco foi o que esses romances tinham a dizer sobre a sociedade dos EUA, naquela época, que a sociedade americana não conseguiu se tornar. As duas abordagens revelam diferentes aspectos um tanto contrastantes sobre a última década de Veríssimo. Como se sabe, nenhuma interpretação se esgota em uma questão. Muitas vezes, olhando de uma maneira muito diferente um problema, é possível quebrar velhos hábitos e ver a mesma abordagem a partir de outro prisma. Isto é particularmente verdadeiro quando a pesquisa é de boa qualidade.

Os estudos brasileiros sobre Érico Veríssimo e outros temas relevantes para o meu livro foram extremamente importantes, mas não foram surpreendentes para mim porque o meu primeiro contato mais próximo com a vida acadêmica brasileira veio pela primeira vez por meio da minha participação no movimento internacional de história oral. Há muito tempo que me preocupo com as limitações intelectuais de grande parte da literatura sobre história oral - há muitas exceções que compensam - mas quando eu conheci pesquisadores como Ana Mauad e Marieta Ferreira de Moraes em reuniões internacionais, descobri que historiadores brasileiros haviam produzido e continuam a produzir e publicar algumas das pesquisas mais sofisticadas sobre o uso de fontes orais que eu havia lido. Minha primeira viagem ao Brasil foi com o intuito de participar da reunião anual da associação brasileira de história oral. Eu continuei assim voltando para o Brasil, muitas vezes para dar palestras e/ou minicursos, de modo que, quando recebi minha bolsa Fulbright em 2010, eu estava um pouco familiarizado com a vida acadêmica no Brasil e razoavelmente preparado para tirar proveito de uma

estadia prolongada. Claro, o período após 2000 foi um período de crescimento excepcional para o país como um todo e para as universidades em particular. Pude ver o sucesso do governo Lula em aumentar a renda dos brasileiros e criar uma sociedade com uma ampla classe média, é verdade que com muitos problemas, mas que pelo menos estava se tornando o que poderíamos chamar de "normal". Na época, certamente era possível ver como os brasileiros, individualmente e coletivamente, estavam tirando proveito das novas oportunidades criadas.

PRISCILA DORELLA: *Diante do novo e conturbado cenário político nas Américas, como compreende as possibilidades de aliança política e intelectual entre América Latina e Estados Unidos?*

RICHARD CÁNDIDA SMITH: Tomei como epígrafe para o meu livro duas linhas de um poema de Nicanor Parra:

*Ya que no hablamos para ser escuchados
Sino para que los demás hablen.*

Essa citação significa para mim simplesmente que as pessoas nos Estados Unidos precisam ouvir mais as pessoas de outros países. Precisamos entender como os outros vêem as coisas. Precisamos ter um senso dos debates em curso nos outros países. Precisamos calar a boca por um tempo e ouvir. Não precisamos concordar automaticamente *con todo que dicen los demás*. Mas antes de responder, nós americanos com todos os nossos diferentes pontos de vista, que se tornaram mais antagônicos nos últimos tempos, temos que entender melhor de onde as outras pessoas vêm e a variedade de posições existentes nos outros países. Isso é difícil. É semelhante ao que acontece nas famílias ou entre amigos, pelo menos esse é um ideal aqui nos Estados Unidos, e eu acredito que em outros países também, com talvez algumas diferenças de posição de como as pessoas deveriam se comportar quando estão juntas, embora muito frequentemente isso não aconteça porque a comunicação e a resolução de problemas são tarefas árduas. Se esse é um desafio nas relações íntimas e pessoais, onde realmente conhecemos as pessoas e temos sentimentos por elas como seres humanos, é razoável esperar reciprocidade entre coletividades abstratas que às vezes chamamos de “povo”? Provavelmente não. Mas, se não, como então fazer relações internacionais, isto é, como contribuir com a formação de governança global democrática e responsável com os cidadãos das nações do

mundo? As relações internacionais são um lugar onde os especialistas embarcam, debatem e implementam políticas sem terem, ainda, mecanismos para superar a lacuna que sempre existirá entre as instituições profissionais e o povo. Durante muitos anos, os europeus discutiram o que poderia ser feito sobre os "déficits democráticos" da União Europeia. Certamente, o fracasso no avanço dos procedimentos democráticos formais contribuiu, contraditoriamente, para o ressurgimento do reacionário etnonacionalismo. Mesmo que a construção de instituições através de fronteiras nacionais na União Europeia por muitos anos tenha sido intensa e bem sucedida.

A situação global atual é desanimadora, como podemos ver em muitos países, inclusive nos Estados Unidos e no Brasil. Eu presumo, talvez, de forma incorreta, que a maioria das pessoas que leem jornal diariamente em quase todos os países se sintam assim, embora as estratégias imaginadas para sair da crise vigente provavelmente ocorram em muitas direções. É certo que haverá mudanças de lideranças. Muito provavelmente, a resistência popular, para usar uma expressão que muitos aqui nos Estados Unidos adotaram para descrever o seu relacionamento subjetivo com o governo do Trump, levará a mudança de liderança. Mas mudar significa apenas que os demônios toscos e incompetentes desapareçam para serem substituídos por demônios mais sofisticados e astutos? Eu não ficaria surpreso se o atual movimento de resistência nos Estados Unidos não passasse por estágios ambivalentes e confusos. Não penso que seja pessimista pensar que a luta contemporânea pela responsabilidade democrática, que agora está se desenrolando na maior parte do mundo, durar pelo menos tanto tempo quanto a luta para acabar com as ditaduras do meio do século XX, fomentadas pelo governo dos Estados Unidos. A luta envolverá muitas complicações e compromissos e, como nas décadas de 1970 e 1980, provavelmente envolverá a colaboração entre forças políticas de oposição em diferentes países. Talvez, aprendendo com essas experiências, a colaboração seja mais consistente e mais estratégica, mas isso continua a ser uma questão. Pode ser que a colaboração transnacional seja fundamental para alcançar objetivos imediatos. Construir movimentos transnacionais pode ser positivo por si só, mesmo que os resultados de qualquer questão não sejam bem sucedidos em curto prazo. Preocupar-se com as especificidades do que vai acontecer, ou mesmo do que poderia suceder, não me parece produtivo porque mesmo se pudessemos prever com precisão o que poderia acontecer -- isso é duvidoso, mas vamos dizer que podemos -- o processo pelo qual eventos futuros acontecem será sempre tão surpreendente como os resultados. Acho que temos que manter o foco sobre as contradições, ainda não resolvidas, da desigualdade generalizada e do uso de guerra, tortura e assassinato para preservar privilégios herdados. Estes foram os problemas que os personagens do meu

último livro viram como as realidades da vida nas Américas no século XX. Sim, muitas coisas mudaram. A cultura de consumo triunfou e as formas democráticas de governo substituíram as ditaduras, mas não ultrapassámos ainda nem a desigualdade social e nem a violência em nossos países.

Colaboração através das fronteiras nacionais entre movimentos sociais e políticos tem uma longa história, bem como as trocas entre intelectuais. Historiadores de diferentes países colaboram, assim como sociólogos, físicos nucleares e também evangélicos, e certamente a polícia, os militares, os banqueiros e os investidores. Sempre que os seres humanos trabalham junto, laços de amizade são formados, alguns bastante próximos, mas a colaboração nunca requer unidade por si só, o que é um objetivo alcançável apenas em circunstâncias incomuns. Unanimidade não deve ser o objetivo mais desejável na maioria das circunstâncias. Hannah Arendt argumentou que a comunicação e o desenvolvimento da comunidade ocorrem quando o antagonismo é alto e a violência torna-se iminente. Nós conversamos porque não sabemos ainda o que é preciso para chegarmos a um acordo. Nós não podemos nos expressar apenas se insistimos que nossos parceiros espelhem nossos próprios sentimentos. A colaboração geralmente envolve pessoas que discordam de muitas coisas, e às vezes nem compreendem seus parceiros. Os casais vêm aprender isso ao construir os seus relacionamentos, assim como os movimentos sociais, que talvez tenham sido mal servidos de slogans como "el pueblo unido jamás será vencido". É uma ideia atraente, comovente, bela e esperançosa, mas talvez a promessa da unidade leve a um ingênuo autoengano? Talvez, comprometa a capacidade de tomar o poder e governar?

O argumento básico de Arendt foi que política é um caminho potencial para o reconhecimento mútuo da diferença. O reconhecimento da diferença é uma condição indispensável para agirmos em conjunto com o intuito de solucionar problemas comuns, para na política "o nós, o povo" surgir. Os novos movimentos sociais têm sido poderosos na redefinição da vida política após 1945 porque eles exigiram que todos reconhecessem as diferenças, querendo ou não. Existem miríades de diferenças, alguns dos quais só começamos a reconhecer — refiro-me agora, como exemplo, aos debates sobre direitos transgênero que eclodiu nos Estados Unidos durante os últimos anos — provavelmente haverá mais diferenças ainda desconhecidas, mas inesperadamente relevantes para a vida política. Em todo caso, sem o reconhecimento da diferença e do seu papel na criação de hierarquias, nós não podemos entender porque as pessoas não tiveram a chance de se unirem.

Um "público" forma quando as pessoas lêem os mesmos livros ou assistem os mesmos filmes e programas de televisão, e depois falam sobre eles. Os esportes provavelmente foram mais

importantes para a formação de públicos do que outras formas de cultura. Quando as pessoas de diferentes origens se encontram pela primeira vez e se não têm exatamente o quê falar, eu pude observar nos países onde vivi, que elas rapidamente começam a falar sobre esportes e a comparar suas avaliações de equipes e jogadores. Elas prevêem o que acontecerá no final da temporada, quais equipes serão as campeãs e quais os jogadores demonstrarão ser os mais valiosos para esse ano. Não é uma discussão muito profunda. Eu não acompanho os esportes, então eu não posso dizer bem sobre isso. Eu nem tento. Mas o que acontece nessas discussões não é trivial porque o conteúdo específico é sempre menos importante do que entrar em uma troca que exige ouvir outra pessoa e avaliar algo que você conhece bem e depois responder com seus próprios argumentos. Esse tipo de discussão, que pode igualmente ser sobre a devoção religiosa ou o mercado de ações ou o que aconteceu em algum programa de televisão popular ou o que fazer para lidar com problemas com namoradas, amigos, cônjuges e pais são importantes para que as pessoas compreendam tacitamente os pontos fortes e fracos de uma pessoa que acabou de conhecer. Muitas vezes, isso pode levar a discussões sobre questões políticas atuais, e nos Estados Unidos hoje, e eu também imagino no Brasil, essas são frequentemente as conversas mais difíceis.

Se as pessoas dentro de um determinado país raramente são unidas na maior parte das questões, é difícil conceber com que base pode haver unidade entre os povos dos Estados Unidos e da América Latina. Talvez se o time de futebol dos EUA for melhor este ano, haverá muito mais gente nos Estados Unidos assistindo a próxima Copa do Mundo de forma tão ávida como os fãs do futebol no Brasil. Em 2022, tomara!

Entrevista recebida em: 20/11/2017 ♦ Entrevista aprovada em: 18/12/2017

